

Projeto dos portos ganha urgência

Isabel Braga

O Senado começa a votar amanhã o projeto de modernização dos portos. O requerimento para a tramitação da matéria em regime de urgência foi aprovado na sessão de ontem, juntamente com a urgência para o Estatuto do Ministério Público. O relator na Comissão de Infra-Estrutura do projeto de portos, senador Júlio Campos (PFL-MT) irá apresentar seu parecer em plenário.

Segundo o líder do Governo no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS), as emendas finais serão negociadas durante a discussão da proposta no plenário. O senador Mário Covas (PSDB-SP), um dos principais articuladores da matéria na Casa, se reúne hoje com senadores e com representantes dos portuários para definir quais as alterações prioritárias. O substitutivo do deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA) ao projeto do Executivo, aprovado na Câmara

no ano passado sofreu modificações significativas na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

O relatório do senador Affonso Camargo (PTB-PR) foi aprovado com uma emenda que garantiu a paridade na constituição do organismo gestor de mão-de-obra. Atualmente a distribuição dos trabalhos entre os portuários é feita exclusivamente pelo sindicato da categoria. No projeto de Aleluia, esta função seria monopolizada pelos empresários do setor. "A emenda democratizou a gestão", enfatiza o presidente da Federação dos Portuários. Avulsos, Mário Teixeira. Segundo o presidente, 156 sindicatos da categoria já estão mobilizados e prontos para paralisação em caso de manobra que retire esta emenda.

Licitações — Os senadores devem aprovar na sessão de hoje o requerimento para a tramitação

em regime de urgência do projeto que regulamenta as licitações públicas. O relatório do deputado Pedro Simon, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, acaba com a reserva de mercado de obras públicas para empreiteiras de longa tradição no mercado. Pelo texto, o licitante não precisará mais provar experiência no tipo de obra licitada, bastando apenas ter em seu quadro profissional de nível superior que já tenha realizado obra semelhante.

Segundo o senador Simon, o ponto mais polêmico do projeto deverá ser a autorização concedida ao Tribunal de Contas da União para ter acesso à conta da empreiteira, cuja licitação esteja sob suspeita de fraude.

O outro projeto de interesse do Executivo que também consta na convocação extraordinária — concessão de serviços públicos à iniciativa privada — só deverá ser votado no final do mês.